

1 **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS DO ALTO**
2 **IGUAÇU E AFLUENTES DO ALTO RIBEIRA**

3 **OBJETO:** Aprovação da ata da oitava reunião ordinária, Apresentação do
4 andamento da elaboração da proposta de enquadramento dos cursos
5 d'água; apresentação sobre a situação do enquadramento dos corpos
6 d'água no Brasil pelo técnico Marcelo Pires da Costa; assuntos gerais e
7 encerramento.

8 Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, às 09:00 horas, no
9 Salão Nobre – FIEP, realizou-se a 9ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias
10 do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira. O Sr. ROBERTO GAVA,
11 representando a FIEP, deu início à reunião, justificando a ausência do Dr.
12 Odair Ceschin, presidente do Comitê. Desejou boas vindas a todos e solicitou
13 que todos fizessem uma auto-apresentação. O Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO,
14 Secretário Geral do Comitê, assumiu os trabalhos da presidência e passou ao
15 **segundo item de pauta – aprovação da ata da reunião anterior.** Mencionou
16 que houveram solicitações de alteração da ata, anteriormente encaminhadas,
17 pela COPEL, COMEC e ABES. A Sra. Olga Polatti leu as alterações e sem
18 mais colaborações a ata foi aprovada por unanimidade. O Sr. JOSÉ LUIZ
19 SCROCCARO passou ao **terceiro item de pauta - apresentação do**
20 **andamento da proposta de enquadramento,** apresentado pelo Sr. Enéas
21 Souza Machado, Gerente da Gerência de Bacia do COALIAR, que relatou
22 sobre as atividades realizadas desde a última reunião do Comitê e também
23 sobre os próximos passos. A apresentação encontra-se anexa a esta ata. O Sr.
24 GIL POLIDORO, da COMEC, solicitou que fosse informada a data da próxima
25 reunião da CT-Plan e reforçou a importância da participação dos municípios
26 nas discussões do enquadramento, tendo em vista a relevância do assunto
27 para os municípios. O Sr. ENEAS SOUZA MACHADO disse ser essencial a
28 participação dos municípios, visto que o enquadramento terá reflexos no uso e
29 ocupação do solo. A Sra. MARTHA SUGAI, da COPEL, mencionou que o
30 coordenador da CTPLAN havia saído da Câmara Técnica e que haveria
31 necessidade de definir a sua substituição, ao que o Sr. ENEAS SOUZA
32 MACHADO disse que, com concordância dos membros da CT-Plan, havia
33 convidado a Sra. INGRID ILLICH MULLER da ABRH, para assumir essa
34 coordenação, e que a mesma havia aceitado o convite. O Sr. ROBERTO GAVA
35 mencionou a existência de um Grupo de Trabalho de Estudos de
36 Ecotoxicidade, vinculado à Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, do
37 Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEMA, aberto à participação de todos
38 os interessados, e que haveria uma reunião deste Grupo às 14:00 horas
39 daquele dia, e salientou a importância da participação de todos. O Sr. TADEU
40 RZNISKI, da SANEPAR, perguntou se havia a participação de todos os
41 segmentos na CTPLAN e o Sr. ENEAS SOUZA MACHADO disse que todos os
42 segmentos participavam da Câmara Técnica, porém a participação do setor
43 industrial era mais leve que a participação do setor de saneamento, visto que a
44 poluição das indústrias nesta bacia correspondia a 10% da poluição total,
45 sendo o setor de saneamento responsável pelo restante da poluição o que
46 justifica um maior envolvimento da SANEPAR. O Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO
47 disse que seria importante que o Plano de Bacia fosse concluído em 2010 para
48 que se pudesse iniciar a cobrança em 2011 e enfatizou a importância da
49 participação do setor industrial nas discussões relativas ao enquadramento. O
50 Sr. NELSON ADAMOWICZ da CAT Passaúna fez um alerta aos municípios

51 quanto às invasões de espaços vazios pelos especuladores imobiliários e
52 solicitou uma iniciativa do Comitê para acionar o CRECI e o CREA para
53 fiscalizar estas ocupações na região leste da RMC. O Sr. PEDRO LUIS
54 PRADO FRANCO da SANEPAR disse que como participante da Câmara
55 Técnica pôde vivenciar o nível de complexidade do processo de
56 enquadramento, e falou dos altos gastos necessários para um enquadramento
57 realista. Valorizou e elogiou os trabalhos da CT-Plan, colocando que o
58 enquadramento dos corpos de água da Região Metropolitana de Curitiba é um
59 trabalho pioneiro e existindo pouca referência sobre o assunto. O Sr. RENÉ
60 PUGSLEY da FIEP mencionou que talvez a FIEP devesse ter uma participação
61 mais efetiva na Câmara Técnica através do SENAI, que dentro da FIEP atua na
62 área de meio ambiente. O gerente de meio ambiente de Campina Grande do
63 Sul, Sr. MANOEL DAL PRA solicitou atualização de dados do município no
64 cadastro do AGUASPARANÁ, uma vez que só ficara sabendo da reunião do
65 Comitê no dia anterior, quando do telefonema da Gerência de Bacia para a
66 confirmação de presença. Em função da fala do Sr. NELSON ADAMOWICZ
67 disse que no município foi feita uma normativa que regulamenta a construção
68 de habitações, principalmente as geminadas, que está no legislativo para
69 aprovação, e que o Plano Diretor deverá passar por uma revisão em função da
70 nova normativa de construção. O Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO explicou que
71 os convites para a reunião do COALIAR haviam sido encaminhados para os
72 membros titulares e suplentes, constantes do cadastro e solicitou que fossem
73 encaminhadas ao Comitê as alterações dos representantes quando essas
74 acontecessem, e passou ao **quarto item de pauta – apresentação sobre a**
75 **situação do enquadramento dos corpos d’água no Brasil** pelo Sr.
76 MARCELO PIRES DA COSTA, técnico em recursos hídricos da Agência
77 Nacional de Águas – ANA. O Sr. MARCELO PIRES DA COSTA agradeceu o
78 convite, reforçando que o enquadramento é um instrumento bastante complexo
79 e que a ANA tem dado apoio aos Comitês neste tema na elaboração de
80 legislação. Comentou que no futuro a pergunta aos responsáveis pela gestão
81 de recursos hídricos será “os rios estão melhorando?” e que para se atingir
82 esse objetivo tem que se passar pelo enquadramento. A apresentação
83 abrangeu os aspectos conceituais, explicando que o enquadramento deve
84 considerar o rio que temos, o rio que queremos e o rio que podemos, as
85 interfaces do enquadramento com os outros instrumentos de gestão e com
86 outros planos como o de saneamento e de uso do solo, abordou também o
87 processo de enquadramento, suas etapas e como conduzir cada uma delas, os
88 exemplos de enquadramentos no Brasil na bacia do PCJ e na bacia do Guandu
89 e por fim, as perspectivas e desafios deste processo. O Sr. PEDRO LUIS
90 PRADO FRANCO parabenizou o Sr. MARCELO PIRES DA COSTA pela
91 apresentação, comentando que foi bastante interessante para a Plenária. Falou
92 também da inserção do enquadramento como instrumento de planejamento e
93 perguntou em que fase se encontravam os enquadramentos de Regiões
94 Metropolitanas de outros estados. O Sr. MARCELO PIRES DA COSTA
95 mencionou o enquadramento do Rio das Velhas, cuja meta, ambiciosa, era que
96 fosse possível nadar e pescar em suas águas no ano de 2010, o que acabou
97 não acontecendo apesar da grande melhora da qualidade da água, bem como
98 o enquadramento do Rio São Francisco e do PCJ. Comentou também, que os
99 enquadramentos fazem parte dos Planos de Bacia e que não tem acontecido a
100 fase final legalista, ou seja, o envio aos Conselhos de Recursos Hídricos,

101 sendo que os órgãos gestores só poderão iniciar suas ações quando este
102 gargalo for resolvido. O Sr. JORGE GRANDO da APPAM perguntou se existe
103 alguma experiência em termos de a Sociedade Civil monitorar os investimentos
104 ao que o Sr. MARCELO PIRES DA COSTA respondeu que normalmente se
105 utilizam dados dos órgãos de governo para o monitoramento. Mencionou que
106 na Bacia do Rio das Velhas houve um envolvimento da sociedade civil, em
107 ações de educação ambiental. O Sr. NELSON ADAMOWICZ disse que no
108 Paraná existe um Conselho Gestor de Mananciais onde foi aprovado um Plano
109 de Monitoramento de Uso do Solo da RMC, mas que falta colocá-lo em prática
110 e que gostaria que o Comitê cobrasse a implementação desse Plano. O Sr.
111 MARIO BASTOS perguntou se a quantidade de poluição do rio Iguaçu era
112 semelhante nas outras Regiões Metropolitanas e o Sr. MARCELO PIRES DA
113 COSTA respondeu que normalmente nas Regiões Metropolitanas, 90% da
114 carga poluidora se referem ao esgoto doméstico. O Sr. MÁRIO BASTOS
115 também perguntou quais os Comitês que estão trabalhando com pagamento
116 por serviços ambientais e o Sr. MARCELO PIRES DA COSTA respondeu que
117 esse é um assunto que está em fase inicial em alguns Comitês, mas que tem
118 um grande potencial e que está sendo implantado no Sistema Cantareira. O Sr.
119 MARIO SERGIO RASERA perguntou sobre um exemplo de sucesso para que
120 o Comitê pudesse usar como referência na questão de investimentos dos
121 recursos financeiros oriundos da cobrança e o Sr. MARCELO PIRES DA
122 COSTA disse que o PCJ é o grande exemplo e que os recursos da cobrança
123 estão sendo utilizados para elaboração de projetos de ETEs, a fim de
124 possibilitar a busca de recursos no Estado e União. O Sr. JOSÉ LUIZ
125 SCROCCARO mencionou que é significativo o volume de recursos que o
126 Comitê do PCJ consegue obter da União, visto que existem muitos projetos
127 que permitem buscar esses recursos. Disse também que deveríamos
128 formalizar com a ANA uma consultoria na questão de enquadramento para os
129 corpos d'água da área de abrangência do Comitê, passando em seguida ao
130 **quinto item de pauta – Assuntos Gerais.** O Sr. GILMAR CLAVISSO da
131 Prefeitura Municipal de Piraquara disse que o município de Piraquara é
132 responsável por 44% da água de abastecimento público da RMC, e que 93%
133 da população do município (100 mil habitantes) estão dentro da área de
134 manancial. Disse que existe um plano de zoneamento de uso do solo do
135 Município, e que o município instituiu um grupo de fiscais para acompanhar
136 ocupação, que tem um Conselho Municipal de Meio Ambiente e que foi criada
137 uma guia verde. Mencionou que é necessária uma atuação mais firme do
138 Ministério Público e um maior apoio da Força Verde, pois o município tem
139 enfrentado grandes dificuldades em relação aos resíduos da construção civil,
140 pois os responsáveis querem ocupar áreas protegidas para a disposição final
141 desses resíduos. Também comentou que falta uma ação mais efetiva do
142 Estado na questão do uso e ocupação do solo, uma vez que o Estado cria as
143 legislações restritivas e não oferece contrapartidas adequadas para sua
144 viabilização. Outra colocação foi de que o Município deveria ter um tratamento
145 diferenciado visto que é importante no que diz respeito a fornecimento de água
146 para abastecimento, A Sra. STELLA MARIS DA CRUZ BEZERRA da UTFPR
147 colocou a instituição a disposição do Comitê, bem como outras instituições de
148 ensino, explicando que como os alunos obrigatoriamente devem fazer o TCC –
149 Trabalho de Conclusão de Curso e têm também outras atividades
150 complementares podem, portanto, desenvolver projetos com assuntos que

151 venham a colaborar com os Comitês de Bacia. Sugeriu que se procurassem os
152 orientadores desses trabalhos para viabilizar a parceria. A Sra. MARTHA
153 SUGAI da COPEL disse que sente falta do engajamento das Universidades
154 junto aos Comitês, que a Academia deveria propor parceiras uma vez que é
155 representada nos mesmos. O Sr. MARIO BASTOS disse que “as obras de
156 drenagens e dessassoreamento são de benefício duvidoso, insustentáveis e
157 custosas e por seus impactos socioambientais locais e a jusante em seus
158 distritos de drenagem, devendo ser evitadas, sendo conveniente que siga os
159 princípios do PNRH e o Plano Estadual, bem como o Plano Diretor de
160 Drenagem PDDr, que priorizem e estabeleçam ações preferenciais não
161 estruturantes de prevenção aos sedimentos nas bacias hidrograficas. Os
162 sistemas hidrometeorológicos estaduais são teóricos, pelas maiores
163 densidades no uso e ocupação do solo atuais nas bacias, variações nos graus
164 de degradação nas vegetações e as indicações do MMA/INPE, de que o ciclo
165 hidrológico está mudando para mais chuvas no sul do Brasil. Quais os cenários
166 reais hoje dessa situação nas bacias críticas do Alto Iguaçu ?” O Sr. ROBERTO
167 FENDRICH da UFPR disse que na década de 90, a então Secretaria Nacional
168 de Saneamento estimou que seria necessário um investimento de 5 bilhões de
169 dólares por ano durante um período de 10 anos para resolver o problema de
170 saneamento no Brasil, e que foi somente em 2007 que o PAC previu
171 investimentos nessa área, sendo que esses foram da ordem de 1 bilhão de
172 reais. O Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO disse que as ações de
173 desassoreamento dos rios Irai e Palmital haviam sido apresentados em
174 audiência pública em Pinhais com esclarecimentos para o publico em relação
175 às ações em andamento. Também disse que o Plano de Drenagem, elaborado
176 pelo Instituto das Águas do Paraná, está sendo levado aos Municípios, e que
177 poderia também ser apresentado ao Comitê, para conhecimento. O Sr.
178 NELSON ADAMOWICZ disse ter recebido reclamações sobre a falta de
179 estrutura das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, e também que os
180 recursos do ICMS Ecológico não estão sendo repassados para fins ambientais.
181 O Sr.GILMAR CLAVISSO sugeriu que o assunto ICMS ECOLÓGICO fosse
182 discutido no âmbito do Comitê e que deveria haver uma mudança na sua
183 legislação, para viabilizar um maior repasse de recursos para municípios na
184 situação de Piraquara, onde o ICMS Ecológico é uma das principais fonte de
185 renda. O Sr. JOSÉ LUIZ SCROCCARO comentou que em agosto se encerra o
186 mandato dos membros do COALIAR, e que a Gerência das Bacias do Alto
187 Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira iria mandar correspondência às instituições
188 para que fossem feitas novas indicações ou reconduções dos membros. Falou
189 que a palestra proferida pelo Sr. MARCELO PIRES DA COSTA estaria no sítio
190 do Comitê e seria enviada através de correio eletrônico aos membros do
191 Comitê. Por fim agradeceu a presença de todos e deu por finalizada a 9ª
192 Reunião Ordinária do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
193 Ribeira, da qual eu OLGA RYDYGIER DE RUEDIGER POLATTI, técnica do
194 Instituto das Águas do Paraná, lavei a presente Ata.

195 De Acordo

196

197 JOSÉ LUIZ SCROCCARO

198 Secretário Geral do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto
199 Ribeira